

Frente Ampla e Popular, com Núcleo de Esquerda, para Enfrentar a Reação
Neoliberal e Fascista

Diorge Alceno Konrad*

Nas vezes em que a esquerda brasileira se deparou com encruzilhadas históricas, foi desafiada a repensar ou consolidar suas práticas e suas táticas políticas. Para tal, apresentou variadas alternativas, poucas vezes unificadas. Mas, nas vezes que avançou em suas lutas, acumulando forças para novas batalhas e representando os maiores anseios da classe trabalhadora, foi usando-se das frentes populares com referencial de esquerda, como nos exemplos da Aliança Nacional Libertadora - ANL (1935), na Campanha da Legalidade (1961) e na Frente Brasil Popular (1989).

Cada um destes momentos históricos continha suas especificidades, porém, se tornaram conjunturas significativas de tentativas de mudança estrutural e de luta por um novo modelo de desenvolvimento, em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e contra ondas conservadoras que se avizinhavam.

Aliança Nacional Libertadora (1935)¹

Em 1935, no Brasil, inspirada pelas frentes antifascistas europeias, em uma quadra de avanço nazi-fascista, a ANL traduziu a unificação de comunistas, socialistas, remanescentes libertários e liberais radicais contra a solução reacionária oriunda da crise do capitalismo, ampliada com a quebra da Bolsa de Nova York.

Nossa formação econômico-social já integrava o País à economia internacional capitalista, em seu formato histórico de dependência, como parte importante dos laços econômicos mundiais. As contradições interimperialistas da época se faziam sentir na realidade econômica e política do Brasil. Um dos aspectos dessa influência era o inegável aumento da participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil, refletindo na vida política nacional (a criação do movimento integralista em 1932, através da Ação Integralista Brasileira - AIB - e sua expansão), expressando-se através do nacionalismo e repercutindo tanto na direita como na esquerda.

* Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP.

¹ As referências sobre a ANL são basicamente extraídas da dissertação de mestrado “1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul”, defendida na área de História do Brasil, no PPG em História da PUC-RS, em 1994, com orientação de Sandra Maria Lubisco Brancato e bolsa CAPES.

Após, 1930, a predominância do latifúndio, não impactava a estrutura agrária, enquanto o modelo político afastava o operariado de qualquer decisão política. Aplicava-se violenta repressão contra as oposições que afloravam. O anticomunismo era uma arma cotidiana da classe dominante, mas com a alteração industrial da estrutura da formação social e econômica brasileira, mudanças políticas estimulavam movimentos de caráter revolucionários. Entre os latifundiários - e a classe burguesa - e o proletariado emergente, encontrava-se uma pequena burguesia dividida e perplexa, optando ora pelo integralismo, ora por posições socialistas, comunistas ou liberais.

Assim, quando se chega ao ano de 1935, havia uma grande quantidade de agitações, em parte decorrentes do não-cumprimento de reivindicações conquistadas através dos direitos trabalhistas e não acatadas pelos patrões.

Contudo, os conflitos existentes não significavam que uma situação revolucionária estivesse madura. As significativas alterações fortaleciam a burguesia ascendente, colaborando para seu fortalecimento político. Era mais uma etapa da difícil revolução burguesa que se efetuava, a qual criava uma aparente possibilidade de mudanças estruturais mais profundas.

O Movimento de 1930, na verdade, havia representado uma solução incompleta e ambígua dos problemas da Primeira República. As soluções das questões políticas, sociais e econômicas do pós-30 foram sempre parciais e dirigidas pelos grupos dominantes. Assim, boa parte dos setores sociais, naquela conjuntura, via a democracia burguesa de forma limitada.

No início de 1935, a situação política do Brasil era cada vez mais tensa, com greves, manifestações e tentativa de aprovação da “Lei Monstro”, a famigerada Lei de Segurança Nacional, que tramitava no Congresso desde 1934. A oposição era grande, principalmente por setores progressistas das Forças Armadas.

Por sua vez, o movimento operário, em ascensão, com reivindicações salariais que se avolumavam, fortalecia sua luta e organização. Paralelo a isso, aumentava também a oposição dos aliancistas contra os integralistas, alinhando-se inúmeros confrontos de rua em vários pontos do País. A polarização cada vez mais crescente, numa conjuntura de grandes incertezas, foi criando condições para a formação de uma frente para fazer oposição à AIB e ao Governo Vargas: a ANL.

A esquerda, antes de 1935, encontrava-se organizada em vários partidos e instituições da sociedade civil, tais como o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido Socialista. Contudo, mesmo na ilegalidade, vários fatores impediam seu

crescimento. O estreito posicionamento dos dirigentes (no caso do PCB, vigorava a tática de classe contra classe e o obreirismo), a repressão estatal e policial, além da aproximação de diversas lideranças trabalhistas ao aparelho de Estado, impedindo que se transformassem em grandes instrumentos de massa para a ação política revolucionária. Além disso, seus programas impossibilitavam a atuação de amplos setores da sociedade e que eles se integrassem como setores liberais mais radicais. Impunha-se então, a necessidade da criação de uma grande frente que pudesse integrar comunistas, socialistas, liberais antifascistas e democratas, a fim de lutarem contra o fascismo e o Governo Vargas. Tal frente não tardaria a aparecer através da ANL.

As articulações para o surgimento da Aliança Nacional Libertadora haviam iniciado antes do seu aparecimento oficial. Em meados de 1934, começara a estruturar-se o movimento do qual se originará a Aliança. Assim, o movimento expressava o anseio de mudança da população devido à incapacidade do Governo Getúlio Vargas em resolver os problemas mais candentes do povo brasileiro, após o Governo Provisório e a reconstitucionalização do País.

No Brasil, foi a Aliança Nacional Libertadora, a forma encontrada para aglutinar os setores que se opunham ao avanço do fascismo em nível mundial. Aos poucos, a ANL foi concentrando as mais variadas personalidades progressistas descontentes com o rumo que tomara o Governo Vargas. Seu aparecimento tornou-se uma necessidade política, diante da falta de uma frente popular que congregasse os mais amplos setores antifascistas e antiimperialistas da sociedade brasileira daqueles momentos.

A Aliança Nacional Libertadora é influenciada pelas frentes amplas contra o fascismo surgidos na Europa, principalmente na França, na conjuntura em que a III Internacional Comunista, após a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, mudava sua tática política. Seu lançamento oficial aconteceu, em 30 de março de 1935, através de um comício efetivado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Na ocasião, formou-se o diretório do movimento. Ainda em fevereiro de 1935, antes do lançamento oficial, a Comissão Provisória da organização lançou o Manifesto-Programa da ANL. Na ocasião, foram aprovados os estatutos e eleito o Diretório Nacional Provisório (DNP). Tal evento é conhecido como Primeira Sessão Preparatória, ocorrido em 12 de março de 1935, quando foi legalizada a organização como entidade da sociedade civil. Participavam partidos políticos (PCB e Partido Socialista Brasileiro – PSB, a Liga Comunista - Oposição Bolchevista-Leninista e os anarquistas que ainda estavam

organizados), sindicatos, organizações feministas, culturais e estudantis, além de profissionais liberais e militares.

O programa da ANL colocava como exigências básicas a anulação das dívidas com as nações imperialistas, a nacionalização das empresas estrangeiras, a ampliação das liberdades públicas; o direito ao governo popular e a distribuição das propriedades entre os camponeses, com proteção ao pequeno e médio proprietário. Além disso, solicitava a jornada de oito horas de trabalho, o seguro social, a aposentadoria e a garantia de salário mínimo para o proletariado dentre outras indicações, com ênfase antiimperialista e antifascista, mas sem propor um governo comunista, mas sim um governo popular nacional-revolucionário, comandada pelas forças populares.

A ANL inspirou amplos setores da população brasileira. De abril a junho de 1935, a ANL atuou na ofensiva. Seus núcleos mobilizavam-se a fim de denunciar um possível golpe e para a convocação de uma grande greve.

Expressão de uma luta de classes ainda difusa, o movimento cresceu tanto nos quartéis como fora deles. Devido a condições externas favoráveis para mudanças maiores, a ANL alastrou-se com certa facilidade pelo território nacional. Assim, a ANL representava setores do movimento operário autônomo, de imigrantes antifascistas, da intelectualidade progressista, da oposição parlamentar, de jovens oficiais, de camadas médias urbanas, de camponeses e assalariados rurais, mesmo que no campo, os núcleos da ANL fossem bem menores.

Os intelectuais presentes na Aliança, em 16 de abril de 1935, fundaram a Liga de Defesa da Cultura Popular que, ao lado do Clube de Cultura Moderna, tornou-se local de aglutinação da intelectualidade aliancista e antifascista. A juventude também se fazia representar. Além da UJC, pertencente ao PCB, os jovens, através do Primeiro Congresso da Juventude do Brasil, com a distribuição de volantes contra a LSN e contra o fascismo, engajam-se na frente. Por outro lado, organiza-se a União Feminina do Brasil (UFB), lutando por igualdade social e de direito entre os sexos.

Depois de organizada a ANL, os sindicatos levaram à Aliança um programa de reivindicações econômicas e sociais. As constantes greves dos operários têxteis, dos ferroviários, bancários e, também a prisão de centenas de pessoas, bem como a solidariedade da ANL alimentavam a simpatia dos sindicalistas pelo movimento quando, ao mesmo tempo, repudiavam a possibilidade de implantação da LSN. Em primeiro de maio de 1935, numa manifestação na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, foi criada a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), com

representação de 11 estados e 400 sindicatos. Seu Congresso de organização foi encerrado em 12 de maio, em um ato no Teatro João Caetano, quando a Confederação aderiu oficialmente à ANL.

O auge do movimento aliancista se deu com o Manifesto de 5 de julho, um marco representativo na história política do Brasil. Na ocasião, organizaram-se comícios em vários locais do Brasil. Luiz Carlos Prestes, Presidente de Honra da entidade, aproveitou a situação para lançar outro manifesto em nome da Aliança. Era o início da ofensiva contra o governo constitucional de Getúlio. O referido manifesto proclamou, então, “Todo o poder à ANL!”. Era o começo do fim da legalidade da Aliança, com o documento defendendo a instalação de um governo nacional, popular e revolucionário e propondo a derrubada do Governo Getúlio Vargas.

No dia 11 de julho, a ANL ainda lançou um manifesto contra o Congresso Integralista. Porém, o Governo Vargas, baseado na LSN, alegou que o Manifesto de 5 de julho infringia a “Lei Monstro”. No mesmo dia, usou o decreto nº 229, fechando a Aliança, justamente no momento em que eram organizadas sedes em todo o País.

O fechamento da ANL foi parte do que se preparava para a repressão, aliada aos discursos anticomunistas das oligarquias no Congresso e as advertências do governo feitas aos altos escalões do Exército e das polícias. Em 13 de julho, ocorreu o fechamento da União Feminina do Brasil (UFB), órgão de apoio à Aliança no meio das mulheres. No entanto, alguns aliancistas não desistiram em tomar iniciativas e fundaram movimentos como a União Libertadora Brasileira ou a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade. Era uma tentativa da ANL em reorganizar-se do golpe de fechamento, tanto com outros movimentos como em seu próprio proveito

Como resultado, militares e comunistas passaram a preparar, na clandestinidade, um movimento armado, que surpreenderia vários participantes da ANL, em particular, e da população em geral. No período de outubro a novembro, com pequena onda grevista, os aliancistas opinavam que mais cedo ou mais tarde a revolução seria colocada na ordem do dia. Contudo, os levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro surpreenderam muitos. A facilidade com que se debelaram os movimentos, expressavam a ilusão que levava os aliancistas à insurreição armada de caráter “putchista” e de influência tenentista, naquela conjuntura sempre criticada pelo alemão Artur Ernst Ewert, integrante da III Internacional, o qual defendera que a revolução no Brasil deveria partir da massa camponesa, em maioria no Brasil na década de 1930.

Campanha da Legalidade (1961)²

Na conjuntura do Brasil do início dos anos 1960, havia um projeto antidemocrático em curso: aquele que daria o Golpe em 1964. Este, três anos antes, a partir do Rio Grande do Sul, na Legalidade, teve a resistência da maioria da população, o que adiou por vários meses os interesses antinacionais e contrários às reformas sociais. Sabemos que a vitória da Legalidade apenas adiou a sanha golpista. Logo se ampliou o discurso conservador, mobilizando brasileiros para aderir à defesa de novo Golpe. Como sabemos, estes líderes vieram a público (ou não), através do complexo Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (IPES)/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), articulado por setores majoritários do capital, tanto em nível nacional como estrangeiro.³ A reação conservadora, civil e militar, que articulou a construção do Golpe de 1964, aprofundada em pouco menos de três anos, foi uma resposta dos setores reacionários à ampla mobilização popular de 1961.⁴

A chamada Guerra Fria e as disputas político-ideológicas que opuseram ao projeto capitalista e liberal o projeto socialista, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, bem como, no plano regional, a Revolução Cubana de 1959, devem ser levados em conta a polarização social e o aumento da luta de classes no início dos anos 1960. Assim como, para entender a Campanha da Legalidade, deve-se prestar atenção à radicalização política daquele período. Foi naquele contexto que Jânio Quadros tomou posse na Presidência da República, após grande votação, apresentando seu programa que tentava conciliar, de forma ambígua, medidas liberais em termos de política econômica e ações de fundo nacionalista, como a política externa independente e a defesa de reformas sociais. Eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC), inexpressivo em nível nacional, mas com apoio da União Democrática Nacional (UDN).

A política ambígua de Jânio o colocou em uma encruzilhada, aumentando a pressão política de base liberal e conservadora que o sustentava. Como apoiador de primeira hora para eleger Quadros à Presidência, as posições do Governador Carlos

² As referências sobre a Campanha da Legalidade partem, essencialmente, do artigo “Legalidade e Mundos do Trabalho em Santa Maria (1961)”, apresentado no XI Encontro Estadual de História, História – Memória – Patrimônio, ocorrido na Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), entre 23 a 27 de julho de 2012. Texto completo disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346356121_ARQUIVO_TextoCompletoDeDiorgeAlcenoKonrad.pdf. Acesso em 27/10/2017.

³ Ideias apresentadas acima se referenciam em KONRAD; LAMEIRA, 2011(a), p. 15-49.

⁴ Algumas das considerações abaixo foram inicialmente apresentadas em KONRAD; LAMEIRA, 2011(b), p. 67-98.

Lacerda foram mudando rapidamente. Tanto que, em 21 de agosto, o “Corvo”, apelido que havia ganhado pela sistemática oposição que levou Getúlio Vargas em 1954, ameaçou renunciar ao governo da Guanabara, após Jânio Quadros condecorado com a Ordem do Mérito Cruzeiro Sul para Ernesto “Che” Guevara, com o grau de “gran oficial”, atitude que já levava oficiais reacionários da Força Aérea Brasileira (FAB) a devolverem condecorações. Antes disso ainda acontecera a emblemática Conferencia de Punta del Este, com a participação de “Che”, um dos principais líderes da Revolução Cubana, onde Jânio defendeu a multilateralidade nas relações internacionais, o que levou ao início do rompimento com sua base de apoio conservador que o elegeu. No mesmo dia da ameaça de Carlos Lacerda, Jânio o chamou a Brasília, para dissuadi-lo da ameaça política. Enquanto isso, o general Odílio Denys se reunia com outros generais para ver o “rumo da crise” devido à condecoração de “Che” e a ameaça de renúncia de Lacerda.

Quando Jânio Quadros apresentou a tática de anunciar a renúncia, com indícios de chantagem política, para fortalecer seu poder, não obteve êxito. Sua renúncia, em 25 de agosto, foi aceita com facilidade. No mesmo dia, o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, manifestou posição pela solução democrática da crise, defendendo o respeito à Constituição. Mas a defesa da legalidade constitucional não era o intento das forças reacionárias. Submissas ao imperialismo norte-americano, elas já haviam se irritado com as propostas de reformas sociais e econômicas de Cuba, o que de certa forma inspirava o Governo brasileiro por medidas semelhantes, principalmente na defesa da reforma agrária, e com a política independente de Quadros.

Os ataques aumentavam e seriam destinados especialmente a todos os setores nacionalistas, progressistas e socialistas. Assim, com a renúncia de Jânio Quadros, por exemplo, uma das grandes justificativas dos ministros militares golpistas para impedir a sua posse foi o argumento de que João Goulart promovia a “agitação” nos meios operários, era “vinculado aos comunistas” e “simpático aos países socialistas”.

Porém a resistência democrática logo se fez mostrar. Em 26 de agosto, com a disposição de Odílio Denys de não permitir a posse de Jango, o Marechal Lott lançou seu “Manifesto à Nação”. No contundente documento, Lott conclamou “às forças vivas do País, as forças da produção e do pensamento, aos estudantes e intelectuais, aos operários e ao povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica”, em defesa da “Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro”. Além disso,

apelou aos “nobres camaradas das forças armadas” para “portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história, nos destinos da Pátria”.

No dia 28, Lott seria preso por ordem de Odílio Denys, do comando golpista das Forças Armadas. A resistência se ampliou sobremaneira, sobretudo a partir da Rede da Legalidade do Rio Grande do Sul. Em 1961, a tentativa de golpe não foi vencedora porque o Governador assumiu uma postura radicalmente contra a iniciativa e praticamente tornou o estado em região rebelada. Imediatamente, ele recebeu apoio de boa parte da sociedade sul-rio-grandense, a grande maioria dos deputados, sindicalistas, estudantes, etc., enquanto a Brigada Militar foi posta em prontidão.

Em nível nacional, a maioria das forças políticas identificadas com um projeto nacionalista e de esquerda, e mesmo aqueles que somente defendiam a legalidade, se opuseram ao golpe, promovido pelos três ministros militares de Jânio, Silvío Heck, da Marinha, Odílio Denys, do Exército e Grun Moss, da Aeronáutica. Com a mobilização de parte dos setores liberais-conservadores, especialmente liderados pela UDN, e a cumplicidade do Presidente interino Ranieri Mazzilli a articulação golpista ousava em suas pretensões.

Entretanto, quando o comandante do III Exército, general Machado Lopes, aderiu ao movimento liderado por Brizola, a resistência popular se fortaleceu mais ainda. Assim, o Movimento foi vitorioso em função da grande mobilização em forma de Frente Popular, Nacionalista e de Esquerda, pela defesa da legalidade constitucional, pela decidida liderança de Leonel Brizola e pela falta de apoio social mais amplo dos setores conservadores. Também pelo decidido apoio militar do III Exército e de oficiais e combatentes desertores das regiões militares fiéis a Odílio Denys, o principal articulador militar da tentativa golpista, juntamente com a reação legalista da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

O Governador goiano, Mauro Borges, foi o grande aliado do governo rio-grandense, enquanto a grande maioria das forças políticas assumiu uma postura moderada. Uma das exceções de destaque foi Carlos Lacerda, que apoiou efusivamente o golpe, abrindo uma gigante onda de repressão policial e censura na Guanabara.

No Rio Grande do Sul, além da Rádio da Legalidade, organizada pelo Governo do estado, milhares de pessoas se alistaram nos batalhões populares, chamados comitês da resistência democrática, e nas Brigadas da Legalidade. O resultado disso foi que em 2 de agosto, finalmente, devido a uma das maiores mobilizações populares da história republicana brasileira, João Goulart tomou posse na Presidência da República.

Com a derrota, os liberais-conservadores, alguns que defenderam a Legalidade e outros abertamente golpistas, aliados do capital transnacional e seus subordinados brasileiros, começaram a aprofundar seu jogo político na luta de classes que anunciava radicalizarse. A criação do IPES e do IBAD será a institucionalização desta ação reacionária, para a rearticulação golpista, a qual terá sucesso em 1964.

Por sua vez, a Legalidade conquistou apoio nos movimentos sociais e políticos progressistas e de esquerda por todo o Brasil, ampliando a luta de classes por avanços e direitos, influenciando diversos setores e categorias de trabalhadores, com o apoio incondicional do Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Da resistência da Legalidade, os movimentos sociais e políticos passaram aprofundar a mobilização para as chamadas “Reformas de Base”, visando mudanças no sistema bancário, fiscal, urbano e administrativo, assim como a reforma universitária e a reforma agrária. Jango as anunciaria no simbólico Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Poucos dias depois, o Golpe Civil-Militar romperia com este avanço progressista, indicando o caráter estruturalmente não-nacional da burguesia brasileira, seja em suas frações mercantis, agrárias, industriais e financeiras.

A Frente Brasil Popular (1989)⁵

Depois que a Ditadura Civil-Militar foi derrotada pela ascensão dos movimentos sociais e políticos, mesmo que sem alternativa á esquerda, devido a transição conservadora que levou José Sarney à Presidência da República, o processo que consolidou a Constituição democrática de 1988 abriu o caminho para as eleições presidenciais do ano seguinte.

A novidade política para o processo eleitoral depois de 28 anos sem eleições diretas para Presidente, como acúmulo das lutas sociais da década de 1980, foi a formação da Frente Brasil Popular, nucleada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), apresentando a candidatura de Luís Inácio “Lula” da Silva/José Paulo Bisol.

Eleições dificilmente representam ou abrem espaços para mudanças revolucionárias em qualquer formação social. No século XX, exceto a via chilena para o

⁵ O eixo das reflexões abaixo se encontra na monografia *A vitória na derrota: o processo eleitoral de 1989 e a Frente Brasil Popular*, defendida pelo autor na Especialização em História do Brasil, na UFSM, em 1991, e orientada por Luiz Carlos Bonotto Rodrigues, com bolsa CAPES.

socialismo, no geral, as eleições subordinam-se à natureza do regime que os organizou. Não foi diferente em 1989. Entretanto, o processo eleitoral de 1989, após arranjos e desencontros das candidaturas das classes dominantes, representou um grande momento histórico de mobilização popular, algo sem precedentes para os setores que nuclearam a Frente Brasil Popular e que apoiaram Lula/Bisol no segundo turno. Em um período de crise aguda do modelo capitalista dependente, oriundo da Ditadura e que atravessou toda a “década perdida” dos anos 1980, o comando executivo do Estado Brasileiro ficou perto de ficar nas mãos das forças populares.

A crise social e econômica propiciou um processo de agitação intensa, com proporções nunca vistas em processos eleitorais no Brasil, em busca de mudança da realidade pela via eleitoral. Neste sentido, as eleições de 1989 tiveram um papel decisivo para aguçar a exposição das contradições existentes no Brasil Republicano, representando um momento importante de aumento da consciência dos trabalhadores e dos movimentos sociais organizados.

Antecipada pelas vitórias eleitorais de 1988 (“Partidos do Povo”, elegendo Luiza Erundina, em São Paulo; “Frente Popular”, com a vitória de Olívio Dutra, em Porto Alegre e; a “Frente Vitória”, com a chegada na frente de Vítor Buain, em Vitória, Espírito Santo), as quais alteraram o quadro político nacional, e pelo Manifesto “Conclamação à Unidade das Forças Populares”, lançado pelo PCdoB em 13 de janeiro de 1989, desde os seus primeiros momentos, a Frente Brasil Popular buscou a unidade de esquerda para uma candidatura única à Presidência da República. Mas, no primeiro turno, setores mais a esquerda, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançaram candidaturas próprias.

É inegável que as eleições presidenciais de 1989 trouxeram à tona a esperança que poderiam expressar uma retomada de lutas por mudanças estruturais, perdidas pelo Golpe de 1964. De um lado, setores populares e progressistas, ainda impactados por algumas derrotas na Constituinte, especialmente em torno da questão agrária; De outro, as velhas oligarquias conservadoras e seus partidos, rearticulados no “Centrão” em torno de Sarney, mas com a “novidade” midiática e neoliberal do “caçador de marajás”, catapultado pela mídia empresarial e pelo capital financeiro.

Ao lado da candidatura Lula/Bisol operários, camponeses, estudantes, funcionários públicos, enfim, setores médios e trabalhadores em sua grande maioria. Articulando um movimento que reunia diversas correntes de esquerda, organizações democráticas, lideranças populares, personalidades políticas, artísticas e culturais

progressistas, visando dar uma linha transformadora a esta grande frente que buscava um Brasil democrático em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Sabiam que a eleição presidencial, se vitoriosa para as forças de esquerda, poderiam significar não apenas a substituição de pessoas e partidos da direção do Estado burguês, mas a abertura para mudanças mais profundas e estruturais de avanços sociais, derrotando os setores tradicionais do capital estrangeiro, do latifúndio e do empresariado brasileiro nucleado na velha e reacionária avenida Paulista.

Construir um vigoroso movimento. Foram convocados partidos políticos, organizações civis de projeção nacional, associações populares, sindicalistas não “apelegados” e personalidades que haviam se destacado na luta pela democracia e por uma Constituição democrática. Assim, foram se criando condições singulares na história política brasileira para forjar a unidade popular com vistas a derrotar o conservadorismo e ampliar as liberdades, buscando a independência nacional.

Uma minoria de esquerda, que apostava apenas na revolução e não no caráter pedagógico daquele embate eleitoral, a fim de que os trabalhadores tomassem consciência do caráter do poder de classe e os limites da democracia burguesa, uma oportunidade para os trabalhadores discutirem seus reais problemas e as origens dos mesmos. Como nos ensinou Lênin, não havia contradições profundas entre o embate eleitoral e a busca por soluções maiores, através de um processo revolucionário.

As lideranças partidárias e dos movimentos sociais, da União Brasileira de Mulheres (UBM), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da União da Juventude Socialista (UJS), de setores da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), da Corrente Sindical Classista (CSC), da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) e da Federação das Associações de Servidores das Universidade Brasileiras (FASUBRA), da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Confederação das Associações de Moradores (CONAM), dos movimentos negros, etc., em grandes centros e pelo interior do País apontavam uma solução que não passava apenas por um partido, mas pela unidade de uma ampla frente que viria a ser capitaneada pelo PT, pelo PSB e pelo PCdoB no primeiro turno, e ampliado no segundo.

Não se tratava apenas de um arranjo eleitoral, nem um acordo intra-elites, mas a criação de uma Frente que almejava a vitória eleitoral e mudanças na estrutura

econômico-social. E esta viria na construção do programa da Frente Brasil Popular, através de seus 13 pontos, uma retomada e ampliação das Reformas de Base do PR-e-1964. Homologada em abril de 1989, a Frente passaria a ter três grandes desafios: eleger-se, tomar posse e iniciar o processo de mudanças, com a implantação de seu Programa, o qual se resumia a: construir um governo anti-oligárquico, democrático e popular; democratizar a vida nacional; defender a soberania nacional; preservar a Amazônia; defender as empresas estatais; realizar uma reforma administrativa de cunho progressista; executar uma reforma agrária antilatifundiária e uma política agrícola em defesa de pequenos e médios agricultores; desenvolver a economia nacional de forma independente e progressista; redistribuir a renda nacional; combater a inflação e a especulação financeira; iniciar uma política de habitação popular e saneamento urbano através de contundente reforma urbana; executar reformas na educação, na saúde e de melhoria nos transportes coletivos; recuperar o meio ambiente; democratizar o acesso à cultura e os meios de comunicação; colocar a ciência e a tecnologia à serviço do progresso nacional; defender as conquistas e ampliar os direitos dos trabalhadores; defender e ampliar os direitos da mulher, da juventude, dos negros e dos índios; construir uma política externa progressista e não intervencionista. Enfim, levar adiante pautas que estavam presentes na Aliança Nacional Libertadora, de 1935, e nas Reformas de Base, após a Campanha da Legalidade. Pautas ainda atuais para o Brasil.

Todos estes pontos atingiam em cheio os interesses conservadores das classes dominantes brasileiras, de tal forma que o presidente da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, chantageou que, se Lula vencesse, 800 mil empresários sairiam do País.

Todos sabem do resultado final das eleições de 1989. Forças poderosas instrumentalizaram a mídia para a vitória de Collor, isolaram a divisão de outras candidaturas conservadoras e consolidaram o projeto neoliberal que se refortaleceria com a Era FHC e que não seria derrotado, mesmo com a vitória eleitoral de Lula, após outras duas derrotas eleitorais (1994 e 1998), mas já com os compromissos da “Carta aos Brasileiros” de 2002. Com o Golpe de 2006, que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República, já em seu segundo mandato.

A Necessidade Histórica de uma Frente Ampla, com Núcleo de Esquerda

Passados mais de 80 anos do lançamento oficial da ANL, mais de 50 anos da Campanha da Legalidade, quase 30 da primeira Frente Brasil Popular, urge uma unidade popular e de esquerda para a construção de uma Frente Ampla que traga um novo projeto econômico, social, político, cultural e ecológico.

Desde 2013, portanto, antes do sucesso do Golpe Jurídico-Midiático-Parlamentar das reacionárias classes dominantes brasileiras e seus aliados táticos, nacionais e estrangeiros, com a rearticulação da direita no Brasil, esta Frente impera sobre os movimentos sociais e partidos políticos com compromissos com a transformação da realidade brasileira. Diante do aprofundamento do golpe da direita neoliberal que derrubou o governo Dilma, criminalizou o PT e atingiu a reputação do ex-presidente Lula, quando a onda conservadora avançou sobre os direitos sociais dos trabalhadores e as bases da economia nacional, liderada pela mídia hegemônica e reacionária, esta Frente tornou-se imperiosa.

Assim e diante deste quadro, ampliou-se a necessidade tática, decorrente da mudança na correlação de forças, da constituição de uma frente ampla, democrática e nacional, para a retomada do desenvolvimento econômico e para a garantia dos direitos trabalhistas e sociais, articulada na institucionalidade e ancorada nos movimentos de rua e das organizações autônomas dos trabalhadores, entrelaçada entre as formas de organização representativa e participativa.

A ampliação e os ajustes desta tática se fortaleceram com a convocação do 14º Congresso do PCdoB, em curso em 2017, quando foi apresentada a tese “Frente Ampla: Novos Rumos para o Brasil - Democracia, Soberania, Desenvolvimento, Progresso Social”.⁶ Nela, os comunistas defendem uma frente ampla, interpartidária, política e social, orientada pela diretriz “unidade e luta”, diante da grave crise do capital e sua ofensiva imperialista, antinacional e antipopular, uma “frente com responsabilidade de governo” na qual “a relação predominante é de ‘unidade’, pois se a ênfase for ‘a luta’ a aliança se desfaz”. Neste documento, o “referencial para se aferir o desempenho do governo é o programa da coalizão (...) respeitados os legítimos interesses de partidos e movimentos integrantes”. Uma Frente ampla “para além da esquerda política e social”, buscando a. “unidade da esquerda brasileira para que ela possa constituir-se no núcleo condutor da Frente Ampla”, tendo como ponto de partida a “defesa do Estado Democrático de Direito inscrito na Constituição Federal de 1988”, em busca de “uma

⁶ Ver o documento completo em: <https://pcdob.org.br/noticias/14o-congresso-do-pcdob-resolucoes-aprovadas-pelo-comite-central/>. Acesso em 02/11/2017.

agenda para o país que consolide a unidade da esquerda e das forças patrióticas e democráticas (...) que abra caminho para a superação da crise atual que vive o Brasil, enfrentando as forças reacionárias promotoras de um Estado de exceção”, a fim de enfrentar a “nova ordem liberal, autoritária e neocolonialista”.

Para levá-la adiante, a Frente Ampla deverá ter como pauta imediata “restaurar a democracia, o Estado Democrático de Direito, as garantias constitucionais fundamentais no combate à corrupção; assegurar a soberania nacional e retomar o crescimento econômico, com o estímulo à produção nacional; a defesa da Petrobras e do regime de partilha no pré-sal, contra as desnacionalizações, privatizações e demolição das empresas brasileiras de engenharia de grandes obras; a manutenção e ampliação dos direitos do povo, com a valorização do trabalho, empregos, distribuição de renda e inclusão social”.

Sabemos que a saída histórica para as crises de desenvolvimento no modo de produção capitalista, em sua forma mais conservadora, tem sido a alternativa fascista. A Ucrânia atual que o diga, assim como o recrudescimento das práticas conservadoras em outras partes da Europa. Sem anacronismos, porém como em 1935, 1961 ou 1989, na formação, composição e proposição da ANL, da resistência da Campanha da Legalidade e da construção da Frente Brasil Popular, uma Frente Ampla que aponte novos rumos para o Brasil, em defesa da Democracia, da Soberania, do Desenvolvimento e do Progresso Social, tem similaridade em seu componente antifascista e antineoliberal.

A derrota popular, pelo Golpe de 2016, em si, não denota o erro da necessidade histórica de uma Frente Ampla. Ao contrário: como em 1935, mesmo com a derrota em 1937, pelo Golpe do Estado Novo, ela serviu de aprendizado histórico e acúmulo de forças para novo ascenso de luta de classes do proletariado brasileiro em novas alianças táticas, como as frentes populares, ao longo do tempo, se tornando fundamentais para a derrota nazi-fascista, em 1945; como no Brasil da Legalidade de 1961, mesmo com a derrota de 1964, fortaleceram a consciência histórica para debelar a Ditadura Civil-Militar em 1985; como a Frente Brasil Popular, de 1989, mesmo com a vitória eleitoral do candidato da reação, Fernando Collor de Mello, ampliaram a percepção de necessidade histórica de reformas estruturais que o Brasil ainda precisa e que os governos Lula e Dilma não levaram adiante, pois não tinham um núcleo de esquerda e uma correlação de forças capazes de empurrar para diante.

Por isto, uma frente ampla e popular, com núcleo de esquerda, para enfrentar a reação neoliberal e fascista tem como desafio, derrotar de vez a aliança conservadora da

burguesia brasileira com o capital rentista e financeiro, abrindo cunhas para uma democracia de caráter popular que retome e amplie os direitos dos trabalhadores e modifique a correlação de forças para a construção de um governo nucleado pela esquerda e que abra o caminho socialista para o Brasil, afinal, como nos ensinou Rosa Luxemburgo, as reformas devem abrir as portas para a revolução. Frentes exclusivas de esquerda, numa conjuntura reacionária em que nos deparamos, e de tipo fascista da crise do capital, além de insuficientes, em perspectiva, deverão anunciar novas derrotas! Sobretudo em tempos sombrios e golpistas, em que a classe trabalhadora brasileira vem passando de uma etapa de resistências para uma fase de derrotas de defesa dos seus direitos conquistados historicamente. Mas, também, porque, como já disse Chico Buarque, em “Canción por la unidad de Latino America”: “a História é um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente, todo aquele que a negue”.

Referências Bibliográficas

KONRAD, Diorge Alceno. *A vitória na derrota: o processo eleitoral de 1989 e a Frente Brasil Popula*. Monografia de Especialização em História do Brasil, Santa Maria: UFSM, 1991.

_____. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PPG em História - PUC-RS, 1994.

_____. Legalidade e mundos do trabalho em Santa Maria (1961). In. *Anais do XI Encontro Estadual de História, História – Memória – Patrimônio*. Rio Grande: FURG, 2012. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346356121_ARQUIVO_TextoCompletoDeDiorgeAlcenoKonrad.pdf. Acesso em 27/10/2017.

_____; LAMEIRA, Rafael Fantinel. A Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul no contexto do anticomunismo. *Revista Estudos Legislativos*. Sessão Especial Legalidade. Porto Alegre, ALERGS/ CORAG, ano 5, n. 5, p. 15-49, dez 2011(a).

_____; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Dossiê Campanha da Legalidade. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, v. 18, n.33, p. 67-98, jul. 2011(b).